CONFLITOS NA REGIÃO DE DOURADOS-MS: A EXPANSÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO EM TERRAS DE AGRONEGÓCIO

CONFLICTS IN THE REGION OF DOURADOS-MS: THE EXPANSION OF THE SUGAR-ENERGY SECTOR ON THE LANDS OF AGRIBUSINESS

CONFLITS DANS LA REGION DE DOURADOS-MS: L'EPANSION DU SECTEUR SUCRO-ENERGETIQUE SUR LES TERRES DE L'AGRIBUSINESS

MARINE DUBOS-RAOUL
Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas/MS.
E-mail: marine.raoul@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de reordenamento territorial na fronteira agrícola da cana-de-açúcar e, mais especificamente, a reorganização produtiva agrícola na região de Dourados, no sul do Mato Grosso do Sul. A monocultura de cana-de-açúcar vem crescendo, principalmente, sobre as pastagens degradadas, mas também ocupando as terras dedicadas aos grãos. A chegada de usinas processadoras de cana-de-açúcar gera uma pressão quanto às terras na região. Por trás do conflito pela demarcação das terras indígenas, muito significativo nesses últimos anos, tensões e conflitos no próprio agronegócio revelam a dimensão das mudanças sociais decorrentes da territorialização do setor sucroenergético na região de Dourados. O objetivo central do presente trabalho é de analisar essas tensões e conflitos entre os atores do agronegócio pelo acesso à terra, revelando uma parte das dinâmicas de reordenamento territorial. Por isso, contamos com o levantamento bibliográfico e de dados agrícolas e fundiários para entender o contexto da chegada do setor na região. As entrevistas e o levantamento da imprensa permitem captar e analisar o discurso dos atores envolvidos nesse processo e, assim, desmascarar o discurso dominante de coexistência harmônica do agronegócio no espaço, expondo a conflitualidade como inerente ao processo de territorialização.

Palavras-chave: agronegócio, conflito, cana-de-açúcar.

Abstract: This work aims to analyze the process of territorial reorganization on the agricultural frontier of sugar cane and more particularly the agricultural productive reorganization in the region of Dourados in the south of Mato Grosso do Sul. The monoculture of sugar cane was established on degraded pasture but also on those dedicated to grain. The arrival of sugar cane processing plants is putting new pressure on the land in the region. Behind the conflict surrounding the demarcation of indigenous lands, significant in recent years and focusing attentions, tensions and conflicts within the own agribusiness reveal the dimension of social changes resulting from the expansion of sugar cane in the region of Dourados. The central objective of this work is to analyze these tensions and conflicts between agribusiness actors around access to land, revealing some of the dynamics of territorial reorganization. To do this, we proceed to a bibliographical collection and agricultural and land data to understand the context in which the sector in the region fits. The interviews and the collection of newspaper articles allow to identify and analyze the discourse of the actors involved in this process, and thus, to unmask the dominant discourse of harmonious coexistence of agribusiness in space, revealing the conflictuality as inherent in the process of territorialization.

Keywords: agribusiness, conflicts, sugar cane.

Résumé: Ce travail a pour but d'analyser le processus de réorganisation territorial sur la frontière agricole de la canne à sucre et plus particulièrement la réorganisation productive agricole dans la région de Dourados dans le sud du Mato Grosso do Sul. La monoculture de la canne à sucre s'est implantée sur les paturages dégradés mais aussi sur celles dédiées aux grains. L'arrivée des usines de traitement de la canne à sucre entraine une pression nouvelle sur les terres dans la région. Derrière le conflit autour de la démarcation des terres indigènes, significatif ces dernières années et focalisant les attentions, des tensions et conflits au sein du propre agrobusiness révèlent la dimension des changements sociaux découlant de l'expansion de la canne à sucre dans la région de Dourados. L'objectif central de ce travail est d'analyser ces tensions et conflits entre les acteurs de l'agrobusiness autour de l'accès à la terre, révélant une partie des dynamiques de réorganisation territoriale. Pour se faire, nous procédons à un recueil bibliographique et de données agricoles et foncières afin de comprendre le contexte dans lequel s'insère le secteur dans la région. Les entretiens et le recueil d'articles de journaux permettent d'identifier et d'analyser le discours des acteurs impliqués dans ce

processus, et ainsi, de démasquer le discours dominant de coexistence harmonieuse de l'agrobusiness dans l'espace, révélant la conflictualité comme inhérente au processus de territorialisation.

Mots-clés: agrobusiness, conflits, canne à sucre.

Introdução[1]

Novas demandas mundiais em alimentos e crescimento das energias renováveis incentivaram a entrada de investidores no mercado do açúcar e do etanol. No Brasil, isso repercutiu com o avanço da fronteira agrícola do setor sucroenergético (BERNARDES, 2013), principalmente no bioma Cerrado (CASTILLO, 2016). No Mato Grosso do Sul, os canaviais estão concentrados no Sul, numa região já marcada pela conflitualidade territorial, devido à presença de grupos sociais de interesses divergentes.

O presente trabalho visa a analisar o processo de reordenamento territorial, mais especificamente, as mudanças no âmbito da estrutura produtiva da região e, desse modo, os arranjos espaciais entre diferentes setores de produção, como os grãos, a pecuária e a cana. É por meio dos conflitos que pretendemos analisar e entender esse processo.

Os conflitos são uma manifestação no espaço do jogo social, das dinâmicas entre atores e das relações de poder entre eles. Em um primeiro momento, este trabalho apresenta o contexto de expansão e consolidação do agronegócio no Brasil sob influência da conjuntura mundial, a partir do início dos anos 2000.

[1] O presente artigo é parte dos resultados da pesquisa de doutorado, defendida em 2017. A tese foi desenvolvida no contexto do Laboratório das Dinâmicas Socioespaciais (LADYSS) da Universidade de Paris VIII e a pesquisa foi financiada pelo órgão de fomento do Ministério do Ensino Superior e da Pesquisa. O trabalho foi acrescentado das discussões e contribuições debatidas no Encontro Nacional de Geografia Agraria, sediado em Dourados-MS.

Em seguida, apresenta-se o perfil da região, a fim de mostrar, pontualmente no período de implantação das usinas – de 2004 a 2014 –, as dinâmicas agrícolas e fundiárias, testemunhas de mudanças no padrão produtivo e na possibilidade de uma concorrência pelo acesso à terra dentro dos grandes produtores.

Por fim, apresentam-se as análises das tensões existentes, fontes de conflitos entre os produtores de grãos e as usinas, por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas em trabalho de campo, no contexto da pesquisa de doutorado, entre 2013 e 2015. Para completar as entrevistas, uma análise da imprensa local e regional foi realizada, referente a um contexto conflituoso pelo acesso à terra na região, a fim de detectar os objetos de tensões, de resistências, potencialmente revelador de conflitos dentro do próprio agronegócio.

Consolidação do agronegócio no Brasil

A partir dos anos 2000, a produção agrícola mundial aumentou de maneira significativa, principalmente nos países sul americanos, grandes produtores e exportadores de matérias primas, abastecendo outros países, mas impactando a sua própria segurança alimentar (GUIBERT; VELUT, 2011).

A globalização econômica tende a transformar as economias nacionais, alinhando-se num capitalismo de mercado (GHORRA-GOBIN; AZUELOS, 2015), intensificando a materialização dos objetivos globais nos espaços locais (SANTOS, 2000).

Os territórios tornam-se cada vez mais ditados pelas injunções globais, subordinados aos mercados das *commodities*. Os problemas alimentares e ambientais globais, a crise alimentar 2008 e os agrocombustíveis servem de justificativa, dando legitimidade à

produção agrícola frente à comunidade internacional, embora o objetivo real seja a apropriação da renda da terra e a reprodução ampliada do capital.

As instituições mundiais incentivaram a produção, preconizando uma "agricultura a serviço do desenvolvimento" (BANCO MUNDIAL, 2008), enquanto é notório que os problemas da fome não estão ligados às quantidades produzidas em alimento. Segundo a FAO, a fome persiste, apesar de uma produção suficiente (FAO, 2009).

Principalmente depois da grave crise alimentar, que atingiu – majoritariamente – os países africanos, observam-se interesses econômico e financeiro, atraídos pelos retornos rápidos da produção primária.

A crise alimentar que fulminou em 2008 permitiu desmascarar o processo de apropriação de terras em curso, denominado de *land grabbing*. Os projetos de aquisição de terras permitidos pelo Banco Mundial levaram a uma corrida por terras. A Organização não governamental (ONG) GRAIN, lutando em defesa dos camponeses, por meio do site *farmlandgrab*, inicia a denúncia dos impactos dos investimentos agrícolas recentes e as expropriações de terras.

Os estudos sobre o *land grabbing*, e também sobre *water grabbing* e *green grabbing* (SAUER; BORRAS, 2016) permitiram demostrar um aumento importante de transferência de terras. Isso representava 4 milhões de hectares de terras por ano antes de 2008 (OLIVEIRA, 2010). Entre outubro de 2008 e agosto de 2009, essas transferências fundiárias passaram a representar 45 milhões de hectares. Muitos estudos brasileiros apontam um processo de "estrangeirização de terras", enquanto outros consideram

mecanismos em jogo já antigos (op. cit.), pois a terra sempre foi um objeto de avareza e apropriação (CHOUQUER, 2011).

No entanto, é de alta relevância, a partir do final dos anos 2000, a elevação das transferências de terras por estrangeiros e por brasileiros pelo entendimento da questão agrária e das consequências territoriais em termos de monopolização do território e de territorialização dos monopólios (OLIVEIRA, 2010). O Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2010, p. 27) define esses dois processos monopolistas pelo:

> Controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processo industrial da produção agropecuária, o exemplo era e é o setor sucroalcooleiro, ou sucroenergético como eles estão autodenominando-se na atualidade. De outro lado, estava e está a monopolização do território desenvolvido pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir absolutamente nada no campo, controlava e controla através de mecanismos de sujeição, camponeses e capitalistas produtores do campo.

Os setores sucroenergético e da celulose são os que realizam a territorialização dos monopólios. No setor sucroenergético brasileiro, o capital internacional fez-se mais presente. No entanto, são caracterizados, também, por investimentos massivos das grandes *tradings* agrícolas, os gigantes do agronegócio, os ABCD: ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus, George Soros ou, ainda, Odebrecht, este de origem externa ao setor agrícola.

Dessa forma, as matérias-primas passaram a se tornar um setor estratégico, a fim de atender a dita demanda em alimentos. Nesse sentido, existe um "consenso das *commodities*" caracterizado pelo desenvolvimento neoextrativismo (SVAMPA, 2013 apud PERPETUA, 2018). Essa nova fase de expansão do agronegócio, para

exportação de produtos agrícolas em grande escala, produze novas assimetrias e conflitos sociais.

Nesse contexto de "consenso das *commodities*", a produção canavieira destaca-se por estar se incluindo numa perspectiva ecológica e energética mundial, característica do início de século XXI. Isso se deve em função da "conjunção das crises" (BORRAS; FRANCO, 2012; DELCOURT, 2010; SACHS, 2007; HOUTART, 2009): crise alimentar (que gera uma demanda em produtos agrícolas); crise ecológica (mudanças climáticas, preocupações ambientais, certa consciência da importância da biodiversidade); e crise energética (escassez de energias fósseis, dependência do petróleo, poluição dos recursos tradicionais).

A convergência das crises gerou a corrida pelas terras onde o pico do petróleo junto às mudanças climáticas, combinado com a persistência dos problemas da fome e com a necessidade de acumulação de capital, são os ingredientes que fornecem uma legitimidade. Há, por isso, um discurso em favor da apropriação de terras (BORRAS; FRANCO, 2012) e, então, elementos que acabam por legitimar os investimentos, usando a retorica da produção de matérias primas para perpetuar a reprodução ampliada do capital e a apropriação da renda da terra.

O desenvolvimento das agroenergias representam "a nova fronteira agrícola da acumulação do capital" (HOUTART, 2009). O agronegócio renova sua abordagem, investindo na alternativa energética, abraçando o rumo da ecologia (MCMICHAEL, 2010) não sem consequências socioambientais.

Desta forma, o setor sucroenergético dispõe de uma legitimidade territorial que lhe garante sua territorialização, constituindo a frente de expansão da cana-de-açúcar. A fronteira da

cana-de-açúcar expande-se ao oeste do estado de São Paulo, representando a última fronteira no estado (GIRARDI; SILVEIRA, 2012). Essa também atinge estados vizinhos, principalmente, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Dourados: região apropriada pelo agronegócio

A região de Dourados é entendida em nosso estudo como a junção das microrregiões administrativas do IBGE, denominadas de Dourados e de Iguatemi, pois têm uma história de ocupação e colonização concomitante, dando a possibilidade de sistematização de dados estatísticos; é também onde se concentra a expansão canavieira no Mato Grosso do Sul.

A região é de predominância agrícola, com especialização produtiva nos grãos (soja e milho), a partir dos anos 1970. Antes, até o século XIX, a região sul de Mato Grosso do Sul foi de domínio indígena; é na Guerra do Paraguai (1864-1870) que se intensifica a ocupação não indígena com a circulação de soldados e a implantação da Companhia Matte Laranjeira na região, uma vez que – durante trabalhos de demarcação da nova fronteira entre os dois países – Thomaz Laranjeira, funcionário da empresa responsável pela delimitação, observou a presença de erva mate e decidiu, então, explorar a planta "nativa", a qual era originalmente cultivada pelos indígenas. O então estado de Mato Grosso[2] arrendou uma ampla área para a Companhia, interessado em que esta seja a responsável por grande parte da renda do estado.

Depois de 50 anos de monopólio fundiário, o estado decidiu encerrar o contrato de arrendamento com a Matte Laranjeira. Isso

[2] O Mato Grosso é dividido em 1977, a partir disso nasce o Mato Grosso do Sul.

deu origem à instalação de fazendas de pecuária extensiva e, de modo geral, deu início à colonização agrícola da região. Até o começo dos anos 2000, Dourados era dominada pelas pastagens e lavouras de soja e milho.

Sem poder ser implantado na bacia do Paraguai, devido ao zoneamento elaborado em 2009, pelo governo federal (ZAE-Cana), proibindo ali o cultivo de cana, o setor sucroenergético vem concentrar suas atividades na região sul de Dourados.

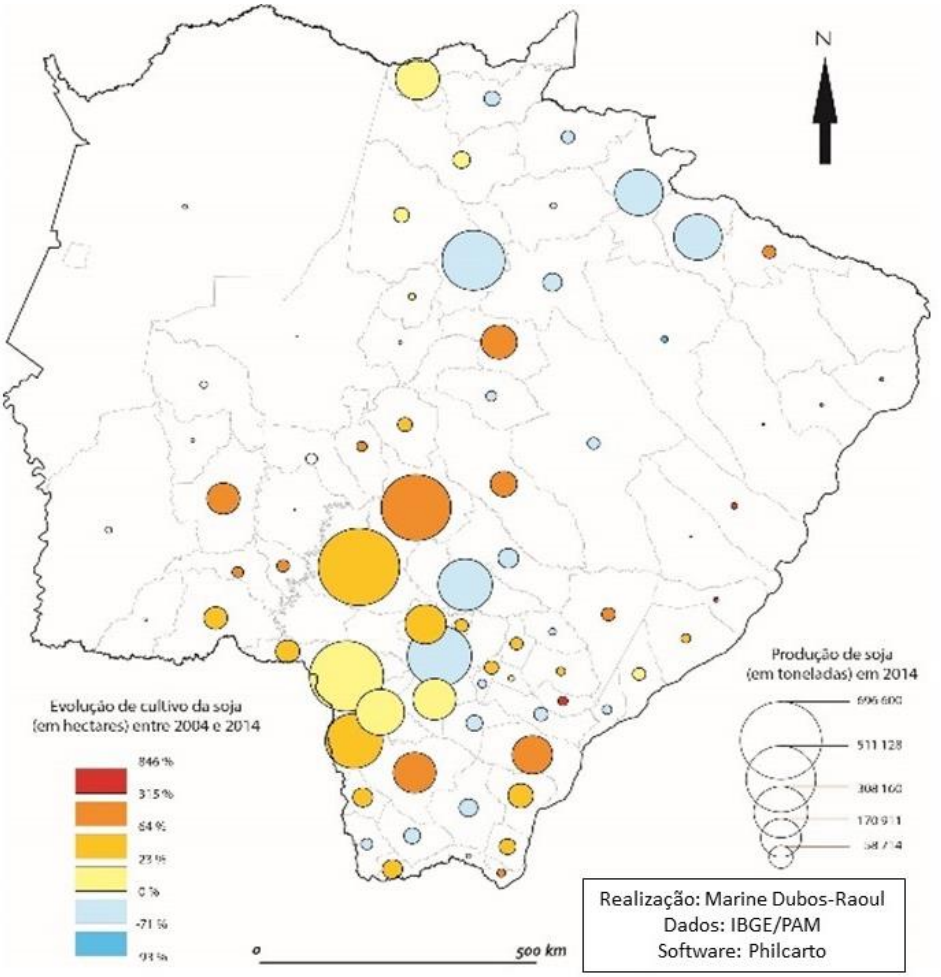
Já cidade de agronegócio, por conta – entre outros fatores – da sua localização estratégica (BR163, principal eixo de comunicação para encaminhamento até os portos de exportação de São Paulo), Dourados (e região) atrai os investidores no ramo da cana: Raízen, Bunge, Odebrecht, Biosev, a partir de 2006.

Em 2012, a prefeitura de Dourados lança a criação de um polo de serviço do setor sucroenergético, a fim de atender as necessidades do setor, principalmente, no tocante aos serviços de manutenção "metal-mecânica", que as usinas buscavam na região de Sertãozinho, no estado de São Paulo.

A região de Dourados se constitui cidade do agronegócio (ELIAS, 2006) primeiramente com o duo soja/trigo e, mais recentemente, baseada na soja e no milho como produção inter-safra – safrinha. A região concentra 60% da produção de soja do Estado, em 2014, ou seja, 3 865 579 toneladas produzidas.

No entanto, os mapas seguintes mostram que, nos últimos anos, a soja (mapa 1) tende a crescer com menos intensidade que a cana-de-açúcar (mapa 2). Alguns casos mostram que as áreas plantadas observam uma diminuição das superfícies, como no município de Dourados e Rio Brilhante.

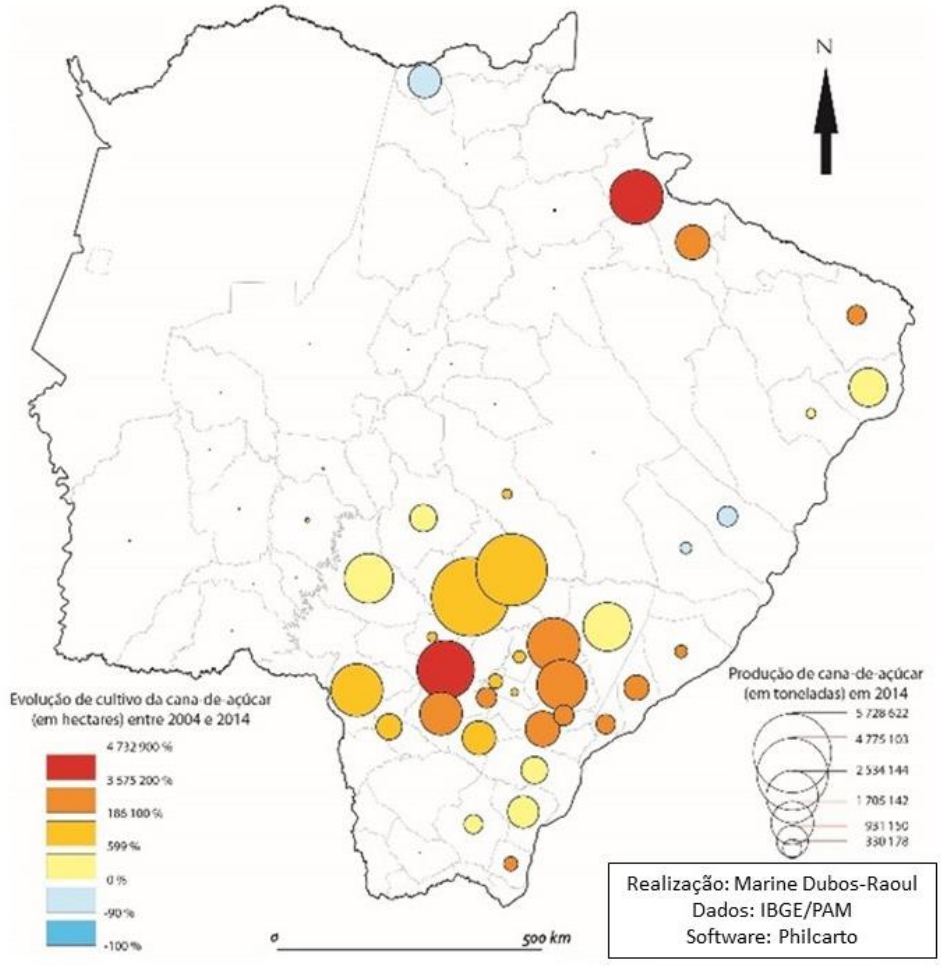
Mapa 1: evolução das áreas de soja (em hectares) nos municípios do Mato Grosso do Sul entre 2004 e 2014.



Fonte: IBGE/PAM; Org.: Autora.

Essas diminuições têm de ser relacionadas ao processo de territorialização do setor sucroenergético na região. O mapa 2 mostra as áreas de plantações de cana em forte aumento no período 2004-2014 e, nos municípios mencionados, revela uma dinâmica de substituição da soja.

Mapa 2: evolução das áreas de cana-de-açúcar (em hectares) nos municípios do Mato Grosso do Sul entre 2004 e 2014.

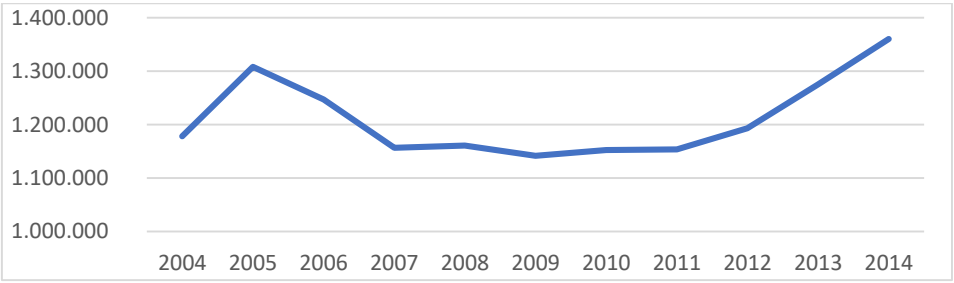


Fonte: IBGE/PAM; Org.: Autora.

Contudo, as quantidades produzidas de soja tenderam a aumentar de maneira significativa na região. Passa-se de 1 653 609 toneladas, em 2004, a 3 864 579 toneladas, em 2014. Isso revela uma melhor produtividade da soja. Porém, em 2005, a produção de soja representa 1 308 092 hectares e, em 2007, nota-se uma queda significativa, passando a 1 157 000 hectares, como expressa o Gráfico 1, quando a cana é implantada na região. Isso indica os efeitos da

cana sobre os grãos, e uma possível tensão pelo acesso à terra entre produtores do agronegócio.

Gráfico 1: evolução dos volumes de soja (em toneladas) na região de Dourados entre 2004 e 2014.



Fonte: IBGE/PAM; Org.: Autora.

Os atores do agronegócio entrevistados (membro da Fundação MS, ex-presidente da FAMASUL) consideram a chegada da cana-de-açúcar na região uma maneira de diversificar a produção agrícola e, dessa forma, aumentar/diversificar a renda dos produtores, o que era difícil apenas com a pecuária. A diversificação agrícola é promovida pelos agentes do agronegócio para os produtores rurais enfrentarem as crises (climáticas e de mercado) que tanto as produções de grãos quanto de cana (ou de pecuária) passam.

A diversificação de culturas, mas sobretudo da renda (grãos, cana-de-açúcar, pecuária bovina e eucalipto), inclui as principais produções do agronegócio sul-mato-grossense. A diversificação produtiva é pensada pelos atores da profissão agrícola como uma maneira de diversificar a produção, uma convicção forte, principalmente, frente à chegada da cana-de-açúcar e das crises que prejudicaram os proprietários que escolherem arrendar para as usinas e não receberam os aluguéis.

Nesse sentido, Chouquer (2009) vê a diversificação das funções sociais do espaço como uns dos elementos que conduzem a confrontos violentos nas fronteiras agrícolas latino-americanas. Nesse caso específico, os produtores perceberam que o modelo de monocultura pode prejudicá-los. Em caso de crise, de fato, a usina reduz os gastos, os contratos de arrendamento. Muito dificilmente os proprietários, depois da entrega da sua terra, consegue retomar a sua antiga atividade (em muitos casos, a pecuária, já que as usinas, para implantar os canaviais desmontam a estrutura de fazenda: cerca, mangueira, bebedouros, etc.).

Na época da chegada das usinas na região, houve uma adesão geral do fato de que as usinas "pagavam" melhor quando a pecuária passava por uma crise onde os produtores não conseguiam reformar as pastagens. A crise que conheceu o setor sucroenergético em 2011 interrompeu a euforia da cana-de-açúcar. Nesse contexto, os atores locais começaram a demostrar marcas de insatisfação da relação com as usinas, no atraso (ou não pagamento) dos aluguéis, indicando tensões ou até conflitos existentes na fronteira de expansão do setor sucroenergético e nas mudanças de uso e ocupação do solo que vêm influenciando o papel dos atores no espaço e suas reivindicações sociais distintas.

Da aliança de classe aos conflitos dentro do agronegócio na fronteira de expansão da cana-de-açúcar

A expansão da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, em uma lógica de avanço de fronteira agrícola, é caracterizada pela importante mudança do uso e da ocupação do solo. Além disso, a fronteira é o lugar de criação de novidades com introdução de novos

meios técnicos e de mercado, podendo entrar em confronto com os ocupantes desses espaços (MACHADO, 1992).

A fronteira é o lugar do encontro, da discórdia social e da alteridade (MARTINS, 1996). A fronteira é, também, uma válvula de escape das tensões sociais produzidas pela expansão do capitalismo, em que o Estado transfere os problemas fundiários de uma região para a fronteira agrícola (BECKER, 1996). Ademais, a fronteira é ligada às demandas mundiais e, principalmente, aos mercados agrícolas.

Dessa forma, a expansão do setor sucroenergético é resultado de uma conjuntura no início dos anos 2000 favorável ao álcool e ao açúcar. Ela contribui com o reordenamento dos locais onde ela se territorializa, processo que se destaca pelas dinâmicas dos atores e, inclusive, pelo confronto destes, pelo acesso e/ou permanência na terra.

Em Dourados, o conflito indígena tem focalizado as atenções do mundo político, em razão da demarcação lenta, quase interrompida, das suas terras reivindicadas e pela luta iniciada pelos indígenas para a retomada desses territórios, entrando diretamente em confronto com os proprietários de terras. Se a chegada das usinas aumentou a conflitualidade por conta da nova pressão sobre as terras, acreditamos que a territorialização do setor tem gerado mudanças sociais importantes dentro do agronegócio, reorganizando as posições sociais dos atores pelas relações de poder.

O conflito é entendido como uma ferramenta para compreensão das mudanças territoriais, revelador das relações de poder entre os diversos atores sociais. O conflito é caracterizado pelo encontro e/ou a superposição espacial de uso e funções diferentes além de interesses contraditórios entre os atores (TORRE, A., et al.,

2006). Ele é o momento em que os atores confrontam suas ideias, suas representações do espaço, devido à chegada de atores aos projetos territoriais, contraditórios ou até incompatíveis com as outras territorialidades.

O processo de conflito permite identificar os pontos de divergências, os problemas ocasionados por uma nova territorialização, pelo jogo de argumentação de suas legitimidades e justificativa a permanecer ou a se apropriar do espaço. A conflitualidade é inerente ao processo de produção dos territórios devido à expansão do capitalismo no campo (FERNANDES, 2005).

O conflito territorial é, assim, produtor de uma nova organização do território, de redistribuição e reposicionamento socioespacial. O território, entendido como um produto social, fruto das relações de poder entre atores (HAESBAERT, 2005), refere-se tanto a um instrumento de dominação quanto a um objeto de reivindicação e de resistência.

Na pesquisa realizada no doutorado, foram identificados diversos conflitos (indígena, ambiental, no agronegócio...) reveladores das mudanças territoriais decorrentes da expansão da cana. A apropriação e o controle dos recursos (terra e água) necessários à expansão do agronegócio dão origem a "disputas territoriais de classes [...] disputas inter e intra capital" (THOMAZ JÚNIOR, 2010) entre diferentes segmentos da burguesia agrária.

O setor sucroenergético foi implantado na região por meio do arrendamento, estabelecendo contrato com os donos de terras de 6 a 12 anos. O arrendamento ocorre principalmente com pecuaristas e proprietários de pastagens degradadas.

Segundo o vice-secretário da produção agrícola do estado de Mato Grosso do Sul, entrevistado em 2015, a expansão da cana nas

pastagens degradadas é uma maneira de "desarmar todo tipo de conflito". O presidente da Associação dos produtores de bioenergia de Mato Grosso do Sul (Biosul) explicou, na entrevista realizada em 2015, que a cana se estende, em 97% dos casos, sobre áreas de pecuária. Segundo ele, a cana permite recuperar o solo, controlar as erosões e valorizar a terra.

No entanto, o vice-secretário da produção agrícola do estado de Mato Grosso do Sul afirma que essas mudanças no uso da terra não tiveram reflexões sobre a produção bovina. Assim como os outros representantes da produção agrícola do estado, ele nega a diminuição do rebanho. Aceitar esse fato seria admitir a concorrência entre diferentes setores do agronegócio, no tempo em que um esforço é feito em favor da harmonia das atividades da parte das políticas públicas com um forte discurso em favor da diversificação produtiva baseada na integração de lavouras, pecuária e silvicultura.

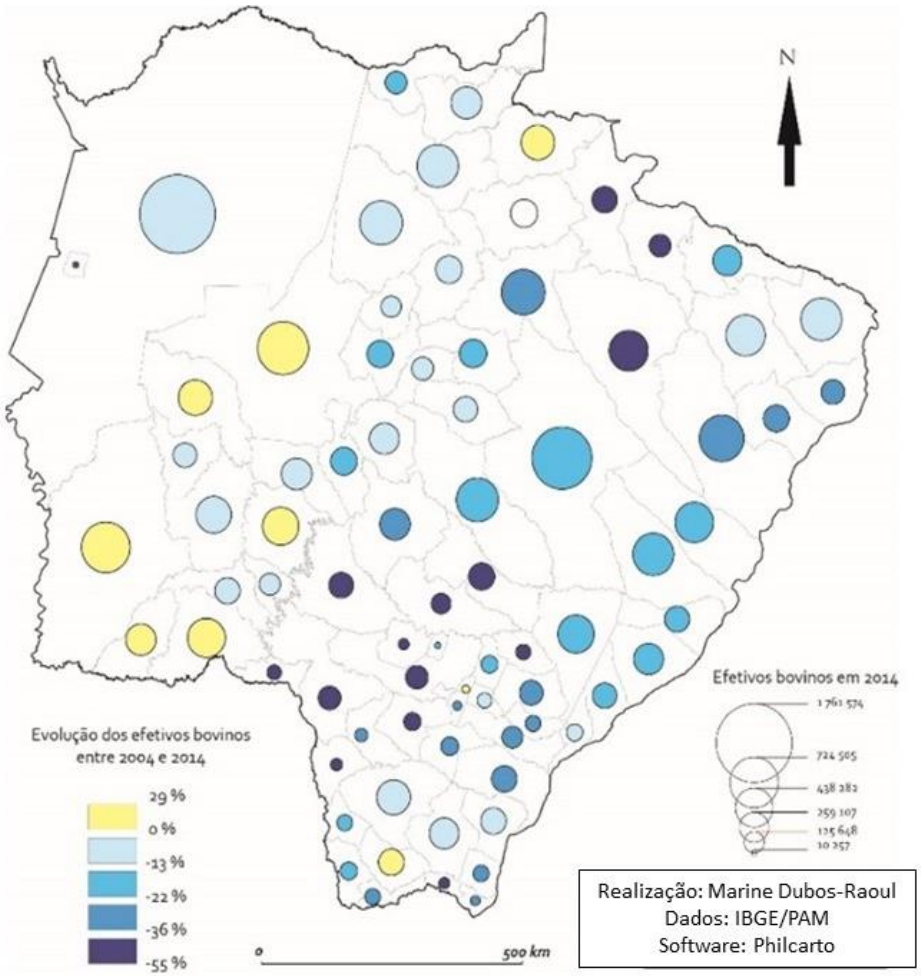
Esse discurso foi identificado nas entrevistas com o antigo presidente da Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul (FAMASUL), com um produtor rural também membro da Fundação MS (instituição de pesquisa agropecuária), com o Presidente da Associação dos fornecedores de cana-de-açúcar do estado de Mato Grosso do Sul (Sulcanas), e com o vice-secretário de produção agrícola do Estado, em entrevistas em 2013 e 2015.

Contudo, a pecuária, tão tradicional no estado (o Mato Grosso do Sul é o quarto produtor de bovino na escala do país pelos efetivos dos rebanhos em 2014), observa uma diminuição no período 2004-2014. Em 2004, criavam-se 4 961 407 bovinos na região de Dourados e 3 444 709, em 2014, ou seja, uma queda de 40% dos efetivos no estado e, de maneira significativa, no Sul e no Nordeste, onde se intensificaram respectivamente as produções de cana-de-

açúcar e de eucalipto do complexo papel-celulose no período (Mapa 3).

Essa evolução mostra um movimento da pecuária de leste para o oeste do estado, onde se localizam as áreas naturais dos Pantanais sul-mato-grossenses, limitadas legislativamente para o plantio de cana-de-açúcar.

Mapa 3: evolução dos efetivos bovinos por municípios de Mato Grosso do Sul no período 2004-2014.



Fonte: IBGE/PAM; Org.: Autora.

A diminuição do rebanho tem uma consequência no próprio funcionamento econômico agroalimentar: devido à redução de abate, frigoríficos fecham no Estado[3]. O levantamento da imprensa local e regional, bem como os trabalhos de campo realizados mostram que, apesar do arrendamento ter sido uma oportunidade de renda interessante pelos pecuaristas no início da implantação das usinas, proprietários manifestam os problemas em relação aos atrasos de aluguéis e as entregas de terras aos donos por parte das usinas, além das rupturas de contratos pelas usinas, cuja justificativa é a necessidade da superação das dificuldades financeiras enfrentadas.

Os proprietários de terras expressam esses descontentamentos nas reuniões nos Sindicatos rurais, onde eles deploram os prejuízos registrados retransmitidos pela imprensa local-regional[4].

No trabalho de inventário dos conflitos, decorrente da expansão da cana, foi identificado conflito a respeito da proliferação

[3] "Frigorífico fecha as portas em MS e demite 545 funcionários". Correio do Estado, publicado em: 15 jul. 2015. Disponível em: http://www.correiodoestado.com.br/economia/mais-um-frigorifico-fecha-as-portas-em-ms-e-demite-545-funcionarios/252361/. Acesso em: 28 set. 2016.
"Falta boi para abate e 26 frigoríficos do país já fecharam; 14 deles em MS". Campo Grande News, publicado em: 01 jun. 2015. Disponível em: http://www.campograndenews.com.br/economia/falta-boi-para-abate-e-26-frigorificos-do-pais-ja-fecharam-14-deles-em-ms. Acesso em: 28 set. 2016.
"Frigoríficos fecham as portas e quase mil ficam desempregados no Estado". Campo Grande News, publicado em:27 de março de 2015. Disponível em: http://www.campograndenews.com.br/economia/frigorificos-fecham-as-portas-e-quase-mil-ficam-desempregados-no-estado. Acesso em: 28 set. 2016.

[4] "Arrendatários relatam possível 'calote' da Usina São Fernando (MS)". Disponível em: http://www.novacana.com/n/industria/financeiro/arrendatarios-calote-u. Acesso em: 18 nov. 2015. "Em crise, usina São Fernando (MS) perde fornecedores de cana". O Progresso, publicado em: 15 fev. 2015. Disponível em: https://www.novacana.com/n/industria/usinas/crise-usina-sao-fernando-ms-perde-fornecedores-cana-130215/. Acesso em: 28 set. 2016. "Sindicato Rural de Laguna Carapã apoia produtores que não recebem arrendamento". Diário MS, publicado em: 05 set. 2014. Disponível em: http://diarioms.com.br/sindicato-rural-de-laguna-carapa-apoia-produtores-que-nao-recebem-arrendamento/. Acesso em: 28 set. 2016.

da mosca-de-estábulo, pelo fato de essas moscas atacarem os rebanhos e gerarem prejuízos aos pecuaristas. Mortes de alguns bezerros são registradas, e os pecuaristas jogam a culpa nas usinas, argumentando que, depois da chegada delas, as moscas se proliferaram demais.

Não queimando mais, na colheita da cana, as usinas cortam e deixam na superfície do canavial colhido a palha da cana, na qual é colocada a vinhaça, usada como adubo, extraída da transformação das canas e, antigamente, despejada nos córregos.

Reuniões, audiências públicas são organizadas para discutir essa polêmica. No entanto, podemos analisar esse conflito como algo que vem a dissimular uma questão mais profunda, problemas menos assumidos e com mais dificuldades de serem objeto de luta, que a retórica do meio ambiente e dos danos vem esconder.

Isso se encontra no fato de os produtores de lavouras, não inclusos e prejudicados pelas moscas, juntarem-se em solidariedade aos pecuaristas nessa luta, identificada essa aliança nos discursos dos produtores entrevistados.

Nesse contexto de crise do setor sucroenergético, foi possível identificar nas entrevistas com representes do poder municipal, proprietários de terras e produtores de lavouras (principalmente de grãos) dos municípios de Rio Brilhante, de Nova Alvorada do Sul ou ainda de Maracaju, um discurso forte em favor da "volta da soja". As terras que eram ocupadas pela soja por meio de arrendamento foram "tiradas" dos produtores de soja em benefício das usinas, pois a cana pagava melhor o arrendamento[5]. Nesse aspecto, um produtor de soja de Rio Brilhante explicou, em 2015:

[5] Se fala em arrendamento, mas a remuneração se faz na verdade em porcentagem da colheita da cana, por Açúcar Total Recuperado (ATR) fixado pela Consecana.

> Eles [as usinas] estão pegando assim, a usina entra onde a pessoa está arrendando a terra e aí eles vão falar com os donos da fazenda, pra pegar a terra, porque quer tirar a terra do arrendatário pra eles. Então aí eles atacam bastante neste setor. Eu acho que pro agricultor que gosta da lavoura de soja, milho e arroz, aqui ele não gosta muito do... principalmente o arrendatário do pessoal daquele. Porque tá tirando o espaço, a cana tirou muito espaço da soja e do milho aqui no Estado [sic].

O produtor, inclusive, insiste no fato de que a cana-de-açúcar não ocupa apenas espaços de pastagens degradadas: "Na realidade eles estão invadindo todos os setores. Uma invasão que eu vejo assim muitas vezes até...eu vejo até um trabalho...desonesto com o nosso produtor rural aqui".

No sindicato rural de Maracaju, na entrevista em 2013, o responsável administrativo evoca as "disputas entre setores" na chegada das usinas. Questionada sobre a natureza dessas disputas, a entrevistada tenta amenizar suas palavras. Um responsável do poder municipal de Maracaju menciona "uma competição pelo acesso a terra" que depois ele relativiza para falar de "competições, mais pontuais".

Essas marcas discursivas de amenização, de autocorreção, citações de elementos positivos depois de ter apontado problemas ou marca de hesitação, revelam o que a psicologia social denomina de "zona muda das representações sociais" (ABRIC, 2005). São expressões de apreensões, difíceis afirmações de ideias, podendo mostrar um lado que um ator dificilmente assumiria, desviando das representações sociais do grupo a que ele pertence, da classe social a que ele pertence, dos produtores rurais e, mais amplamente, do agronegócio.

O trabalho de detecção da zona muda das representações sociais, a partir das formas discursivas mencionadas acima, nas

entrevistas, permite levantar aspectos constitutivos de questões em jogo na reorganização socioespacial, mas que não estão claramente afirmadas.

Pode ser interpretada a concorrência que gera a cana em relação à soja na questão do acesso à terra, mas, além disso, a desestabilização social que gerou a implantação das usinas e seu domínio territorial, alterando o poder do produtor rural tanto simbólico (oligarquias regionais, pioneiros, legitimação territorial) quanto efetivo (perda de espaço, perda de controle sobre as dinâmicas agrícolas, escolhas dependendo de outro e do reflexo sobre o preço das terras).

As lógicas territoriais das usinas geram uma desestabilização da organização social e dos jogos de poder pelo controle territorial. O antigo Presidente da FAMASUL, entrevistado em 2015, exprime que:

> Mas infelizmente a legislação desse país permite que muita gente que chegou há 10, 15, 20 anos atrás tem hoje um património muito maior do que nosso, eles são muito competentes né?! Deve ter usado de muita competência para adquirir todo que eles adquiriram.

Destaca-se o fato de que não é só uma questão de mudança de uso de solo, mas de toda uma organização social que traduz a substituição de uma dominação no espaço por outra. Antes da chegada da cana, os produtores de grãos estavam em situação de quase monopólio do ponto de vista das produções temporárias. A citação em seguida de um lavourista demostra a maneira que os produtores percebem e se percebem dentro dessa nova organização produtiva do espaço: "a cana ela tira espaço daquilo que a gente sabe fazer. Porque ela é uma cultura bem diferente daquilo que a gente conheça, o maquinário que eu tenho é pra lavoura de soja e milho".

As evocações por produtores rurais e representantes políticos locais de uma "temporada da cana", da "volta da soja", uma fase efêmera na história da região e do fato de que a soja "vai retomar ao seu lugar daqui uns 5 a 10 anos" são elementos discursivos que podem ser analisados como forma de constituição de um grupo frente à pressão territorial, questionando o posicionamento social, colocando esses atores em uma forma de contestação até uma postura quase vingativa.

Considerações finais

Conflitos dentro do próprio agronegócio, opondo produtores de cana-de-açúcar e produtores de soja e milho, são obviamente menos visíveis porque não se traduzem por enfrentamentos diretos e/ou violentos. Isso pode ser explicado pelo fato de que os responsáveis das políticas públicas e a classe do setor sucroenergético defendem a coexistência harmônica do agronegócio no espaço entre os diferentes membros.

A invisibilização dos conflitos e, em geral, dos problemas que podem gerar a proximidade dessas atividades é o resultado das estratégias discursivas, tentando limitar a visibilidade das contradições e de ilegitimidade do setor. Deslegitimar as oposições ao setor é uma maneira de colocar em dúvida as reivindicações socioespaciais que poderiam impactar a expansão do setor sucroenergético e seu projeto territorial, e negar todo tipo de conflitualidade socioespacial.

Considerar as tensões e conflitos dentro do agronegócio permite entender e evidenciar as reivindicações dos diferentes atores do agronegócio, suas organizações espaciais e os impactos em termos de reivindicações territoriais. As entrevistas evidenciam a

concorrência que gerou a cana-de-açúcar sobre a soja, ocupando seu espaço e tirando a base territorial dos produtores rurais da região.

O espaço é o centro dos conflitos como elemento essencial de reprodução da classe dos produtores, uma exclusão territorial, significando uma perda de poder simbólico e de fato.

Essa (re)afirmação do produtor rural, como classe e pertencimento ao território, tem sido mais relevante depois da recrudescência dos conflitos entre produtores e indígenas. Os produtores rurais veem a sua legitimidade espacial ser contestada e enfraquecida pelas reivindicações indígenas de demarcação dos seus territórios, dispondo da justificativa constitucional pela ocupação espacial tradicional.

É interessante notar, no discurso de alguns produtores, a palavra "invasão" para evocar o processo de chegada das usinas na região; trata-se da expressão "invasão de terras", que é usada para descrever os movimentos de retomadas de terras organizados pelos indígenas.

Essa "invasão" vivida pelos produtores rurais mostra que tanto as retomadas indígenas quanto a territorialização do setor sucroenergético desestabilizam a territorialidade dos setores de agronegócio na região de Dourados.

Referências Bibliográficas

ABRIC, J.-C. La recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales. *Méthodes d'étude des représentations sociales.* Ramonville Saint-Agne [France]: Erès v. ERES Hors collection, p. 59–80, 2005.

BANQUE MONDIALE. *L'agriculture au service du développement*. Washington; Bruxelles : Banque mondiale; de Boeck, 2008. ISBN : 978-2-8041-5697-8.

_____. *Rising global interest in farmland:* Can it yield sustainable and equitable benefits? Washington D.C., 2010.

BECKER, B. K.; AUBERTIN, C. Signification actuelle de la frontière : une interprétation géopolitique à partir du cas de l'Amazonie brésilienne. *Cahiers des Sciences Humaines*, v. 22, n. 3/4, p. 297–317, 1986.

BERNARDES, J. A. Metamorfoses no setor sucroenergético: emergência de contradições. BERNARDES, J. A.; SILVA, Catia Antonia; ARRUZZO, Roberta Carvalho. *Espaço e energia:* Mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 143–154, 2013.

BORRAS JR, S. M.; FRANCO, J. C. Global Land Grabbing and Trajectories of Agrarian Change: A Preliminary Analysis. *Journal of Agrarian Change* [En ligne]. 1 janvier 2012. Vol. 12, n°1, p. 34-59, 2012.

CASTILLO, R. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional para o bioma Cerrado. *GEOgraphia,* v. 17, n. 35, p. 95–119, 2016.

CHOUQUER, G. Enjeux fonciers. Deuxième partie : Amérique latine, Méditerranée, Russie. *Études rurales*, n. 185, p. 237-246, 2010.

_____. Le nouveau commerce triangulaire mondial. Ou les analogies du foncier contemporain. *Études rurales*. Vol. 1, n°187, p. 95-130, 2011.

DELCOURT, L. L'avenir des agricultures paysannes face aux nouvelles pressions sur la terre. *Centre Tricontinental (CETRI)* [En ligne]. Louvain-la-Neuve, 2010.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,* v. 13, n. 2, p. 153–167, 2011.

FAO, *Comment nourrir le monde en 2050*, 2009.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. BUAINAIN, A, M. (Org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

GIRARDI, E. P., SILVEIRA, M. F. B. DA. Mapaemento da territorialização do cultivo de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo no período 2000-2011. *Anais do Encontro Nacional dos Geógrafos*. *AGB*. Belo Horizonte, 2012.

GHORRA-GOBIN, C., AZUELOS M. Le capitalisme à l'âge global : les mutations en cours transcendent-elles les spécificités nationales ?. *Revue LISA / LISA e-journal* [En ligne]. 20 mars 2015. Vol. XIII, n°2, 2015.

GUIBERT, M., VELUT S. Les agricultures latino-américaines : dynamiques et enjeux de développement. *Amérique latine.* L'Amérique latine est bien partie. Paris : La Documentation française, Institut des hautes études de l'Amérique latine, p. 93-104, 2011.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização:* do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Encontro de Geógrafos da América Latina*, v. 10, p. 6774–6792, 2005.

HOUTART F. *L'agroénergie solution pour le climat ou sortie de crise pour le capital?.* Charleroi: Couleur Livres, 2009.

MACHADO, L. O. A Fronteira agrícola na Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 2, n. 54, p. 27–52, 1992.

MARTINS, J. DE S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo*, v. 8(1), p. 25–70, 1996.

OLIVEIRA, A. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. *Agrária (São Paulo. Online)*, (12), 3-113, 2010.

PERPETUA, G. M. Entre chapadas e cocais: o avanço das commodities e a pilhagem territorial no Maranhão. *Anais Encontro Nacional de Geografia Agraria*, DouraMS, p. 1819-1835, 2018.

SACHS I. « A revolução energética do século XXI ». *Estudos Avançados*. Vol. 21, n°59, p. 21-38, 2007.

SAUER S., LEITE S. P. « Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra Por Estrangeiros no Brasil ». *RESR, Piracicaba-SP*. Vol. 50, n°3, p. 503-524, 2012.

SAUER, S.; BORRAS JR, S. M. "Land grabbing" e "green grabbing": Uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária.* Edição especial, p. 6-42, 2016.

THOMAZ JÚNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classes no Brasil do século XXI. *Campo-Territorio: revista de geografia agraria*, v. 5, n. 10, p. 92–122, 2010.

TORRE, A., AZNAR, et al. Conflits et tensions autour des usages de l'espace dans les territoires ruraux et périurbains. Le cas de six zones géographiques françaises. *Revue d'Économie Régionale & Urbaine*, v. août, n. 3, p. 415, 2006.

Submetido em:14 de janeiro de 2019.

Devolvido em: 27 de março 2019.

Aprovado em: 11 de abril de 2019.